



Anais da Assembléia

Nº 111

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 1990.

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 81.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 1990.
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Pirajá Ferreira.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (32). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri e Rafael Greca (22).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2.230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação, para os Projetos de Resolução n.ºs 88 e 95/90, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2.202

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia por 20 sessões, o Projeto de Lei nº 474/90.

Sala das Sessões, em 19.09.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 2.226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Senhor NELSON PISANI, ocorrido na data de hoje, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.09.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Destacado empresário do Paraná, tendo o seu destaque maior no ramo madeireiro, setor que inclusive propiciou a formação de um dos maiores grupos empresariais do Estado, o GRUPO IMARIBO, que engloba mais de 15 (quinze) empresas dos mais variados setores da indústria, o Senhor NELSON PISANI exerceu, desde a sua fundação até a presente data, a Presidência desse Grupo, contribuindo de forma decisiva para o grande salto desenvolvimentista verificado no Estado do Paraná nesses últimos anos.

Pessoa que gozava do respeito e admiração daqueles que tiveram o prazer de compartilhar da sua convivência, seu falecimento enlutou a família e toda a comunidade paranaense.

Requeiro, ainda, seja enviado cópia deste à família enlutada.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 107/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Paranaguá, para que a respectiva população decida sobre a cria-

ção do Município de Pontal do Paraná.

"Começa na ponte sobre o Rio Fortuna, na PR-407; seguindo pela PR-407 até alcançar a ponte sobre o Rio Guaraguaçu; pelo Rio Guaraguaçu abaixo até sua foz na Orla Marítima, confrontando com o Oceano Atlântico, até alcançar o Balneário das Monções na divisa intermunicipal com Matinhos; deste ponto, por linha reta e seca de divisa intermunicipal PARANAGUÁ/MATINHOS, até a foz do Rio Pai Antônio no Rio Guaraguaçu; subindo o Rio Guaraguaçu ainda divisando com o Município de Matinhos, até alcançar o Rio Cambará acima até a ponte na Estrada Municipal PA-304; pela Estrada Municipal PA-304 até a ponte sobre o Rio das Pombas; pelo Rio das Pombas abaixo, até encontrar o caminho de ligação PR-407; Rio das Pombas; pelo referido caminho até a PR-407, segue por esta estrada até a ponte sobre o Rio Fortuna, ponto inicial."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Algaci Túlio

JUSTIFICATIVA:

A alteração do artigo 1º, da Resolução nº 51/90 prende-se ao fato de a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ter enviado a esta Assembléia Legislativa, o Ofício DGC-303/90, comunicando que tal resolução, ao definir os limites, gera incoerências cartográficas, dificultando o traçado polígono definidor da área.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 497/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica modificada a alíquota do ICMS dos produtos derivados da carne, de 17% para 12%, nas operações internas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente plano de lei é o de corrigir uma distorção de política fiscal, hoje prevalecente.

A carne in-natura proveniente do abate de bovinos, suínos e aves, tem uma alíquota estabelecida por lei, de 12%. Uma vez que, os produtos derivados da carne estão hoje com uma alíquota de 17%, há uma diferença injustificada de 5%, que penaliza, em última instância, o próprio consumidor.

Em última análise, há que se afirmar,

ainda, que a carne embutida, ou os produtos derivados de carne, nada mais são, do que o resultado de um processamento da carne in-natura, não justificando, por via de consequência esta diferenciação de alíquotas ora existentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente, com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Falta de dinheiro pode liquidar a Orquestra Sinfônica do Paraná". Nada mais adequado do que esta manchete, publicada pelo Jornal "O Estado do Paraná", do dia 28 de agosto próximo passado para ilustrar a gravidade do estado da cultura brasileira como um todo e, especialmente, a paranaense.

Nada mais adequado do que esta chamada de matéria para ilustrar as razões que nos levaram a apresentar nesta Casa de Leis o projeto que hoje figura na Ordem do Dia, estabelecendo, na forma de incentivos fiscais, para empresas instaladas no Estado do Paraná, o estímulo à intensificação da produção artístico-cultural, através de investimento ou patrocínio.

Este projeto nasce uterinamente ligado à necessidade urgente de criarmos mecanismos favoráveis à produção da arte e da cultura.

A pretexto de acabar com as isenções e incentivos fiscais indiscriminados, o Presidente Fernando Collor de Mello acabou por desferir um duro golpe na cultura brasileira. Sabemos que a extinção da "Lei Sarney" - estímulo fiscal a empresas que investissem e patrocinassem a produção artístico-cultural vinha se constituindo na principal fonte de subsistência dessas produções.

Se mesmo com aquele benefício a cultura já resistia com dificuldades, sendo levada muito mais pelo envolvimento e amor daqueles que nela trabalham, o que dizer, então, do seu estado sem qualquer incentivo?

Recentemente, temos assistido a concessões indiscriminadas de estímulos e isenções diversas, algumas mesmo sem provimento de argumentação palpável.

Tendo o Estado a atribuição de conceder esses benefícios, garantida na Constituição Federal, deve fazê-lo, sobretudo, como forma de garantir o que a própria Constituição o obriga, como incentivar a criação e a manifestação cultural e artística.

Muito se tem discutido a fim de encontrar um caminho que indique a abertura de novos horizontes para a cultura. Numa dessas discussões, realizada em Gramado, du-

rante o Festival de Cinema, ficou patente a necessidade de os Governos Estaduais e Federal assumirem suas responsabilidades com a cultura.

Não estamos falando de tutela, de paternalismo. Estamos falando de apoio. Estamos falando de condições favoráveis à produção artístico-cultural.

A cultura, no Brasil, não pode continuar sendo tratada a "bofetões", como bem nos parece estar acontecendo. O Paraná, como Estado de grande produção cultural e artística, revelador de grandes potencialidades, deve estar na linha de frente dessa luta e esta nos parece uma oportunidade de fazer isso.

No Rio de Janeiro e também em São Paulo esta concessão de estímulo fiscal, através de abatimentos no ICMS, foi aprovada pelas Assembléias, aguardando a sanção do Executivo.

No Rio, foram adiante: várias estrelas do teatro e do cinema, como Fernanda Montenegro, Tizuka Yamazaki, Cacá Diegues, Tônia Carreiro, Marcos Nanini e Vera Fischer, entre outras, decidiram reunir-se nas escadarias do Teatro Municipal para um manifesto pela cultura e pela aprovação e execução dessa Lei.

No Paraná, assim a propomos, após ampla é detalhada discussão com o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão no Estado do Paraná (SATED-PR) e Associação dos Produtores de Artes Cênicas do Estado do Paraná (APAC-PR).

Temos ciência de que esta proposta enseja a expectativa de toda a classe artística do Paraná, apreensiva, com o estrangulamento que, nesta hora, parece ser imposto à cultura.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Convidados pelo violinista iugoslavo Miha Pogacnik para tocar em um Festival Internacional em Belém, Pará, há tempos atrás, a Orquestra Sinfônica do Estado do Paraná não pôde se apresentar. Faltaram patrocinadores para garantir as passagens para os músicos. O violinista iugoslavo, organizador do Festival, havia tocado com a Orquestra e a considerou uma das mais promissoras do País.

Senhores Deputados, isto não pode continuar. Este é apenas um exemplo do que vem acontecendo com a nossa cultura. Tenho certeza de que uma campanha bem feita atrairia bons investimentos para a Orquestra Sinfônica e para toda a cultura do Paraná. Peças teatrais, óperas, espetáculos circenses, música, literatura, dança, cinema, vídeo, poesia, informação, documentação, artes plásticas e artesanais - o Paraná pode impulsionar sua cultura. Basta boa vontade política.

Esperamos a aprovação, nesta Casa, deste projeto e a sua sanção urgente pelo

Governador Álvaro Dias, como prova de consideração com a manifestação artística e cultural do povo do Paraná.

Temos certeza de que este projeto é do mais alto interesse deste Parlamento e do Governo do Paraná, porque a cultura do seu povo é peça de elevado valor e interesse - pelo menos, assim esperamos.

Obrigado."

(Termina de ler).

E este meu projeto está hoje, na Ordem do Dia, em 1.^a votação. Ele diz:

"Fica estabelecido na forma de incentivo fiscal para empresas instaladas no Paraná, o estímulo à intensificação da produção artístico-cultural através de investimentos ou patrocínio."

O incentivo fiscal estabelecido neste artigo, consistirá em abater mensalmente até 5% do valor do ICBS a ser pago ao Tesouro do Estado. O abatimento só poderá iniciar-se a partir do 3.^o mês da data da realização pela empresa incentivada, do pagamento dos recursos correspondentes ao projeto para a empresa e o produtor cultural, e findará quando o total dos abatimentos corresponder ao volume total investido.

São considerados, abrangidos por esta Lei, os Projetos de Produção Cultural, nas áreas de música, teatro, dança, circo e ópera, cinema, vídeo, poesia, literatura, informação, documentação, artes plásticas e artesanais.

Fica vedada a utilização do incentivo fiscal, para projeto de autopromoção das empresas incentivadas.

Fica obrigado o produtor ou a empresa cultural a executar o projeto inicialmente no âmbito territorial do Estado do Paraná. A Secretaria de Estado da Fazenda deverá receber cópia do Projeto, por parte da empresa, explicitando os objetivos e recursos envolvidos para fins de visto e fiscalização posterior.

São ao todo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nove artigos, que estão à disposição dos Senhores Parlamentares, na Ordem do Dia de hoje. E eu quero aqui neste momento, registrar a presença aqui entre nós, de José Basso, da Associação de Produtores de Artes Cênicas do Paraná; de Luciana Cherubin, do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Diversões do Paraná; e da Confederação de Trabalhadores na América Latina.

São artistas que vieram aqui nesta tarde para prestar este depoimento que nós utilizamos da tribuna aqui, e quero confirmar esta situação em que se encontra a cultura no Estado do Paraná, uma situação vexatória da Orquestra Sinfônica do Estado do Paraná, e por esta razão, nós tivemos a idéia de lançar este Projeto, já também colhendo subsídios no Rio de Janeiro e São

Paulo, onde o Projeto já foi aprovado pelas Assembléias e aguarda a sanção governamental.

Por isto, Senhores Deputados, nós esperamos a compreensão de Vossas Excelências, na aprovação deste Projeto.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero aproveitar também este momento, para dizer que nós tomamos conhecimento agora há pouco, de que a Polícia Federal teria já indiciado o Secretário da Saúde do Estado do Paraná, em função das denúncias, em função de uma auditoria do INAMPS que apontou inúmeras irregularidades na área da Secretaria da Saúde Pública do Estado do Paraná e nós que presidimos nesta Casa a Comissão Parlamentar de Inquérito, estamos neste momento, fazendo um apelo à Mesa, para que solicite à Polícia Federal o envio para esta Casa e para esta Comissão, cópia do processo que tramita na Polícia Federal, de onde tivemos, agora há pouco, a informação de que houve já o indiciamento do Secretário de Saúde, com relação aos dados já apontados.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Rubens Bueno com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, na Ordem do Dia de hoje, não consta evidentemente a proposta do Substitutivo Geral da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Diante do anunciado de ontem, nós hoje às 14h15m, sob protocolo n° 030030 encaminhamos ao Presidente do Tribunal de Justiça, Mandado de Segurança contra os atos da Mesa, que vem procrastinando a votação deste importante projeto de lei e no nosso pedido ao Tribunal de Justiça, o pedido fundamenta-se que deve a Assembléia do Paraná, a partir da aceitação do nosso Mandado de Segurança, votar prioritariamente o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, ficando assim prejudicada até o ulterior da liberação a questão dos demais projetos.

Portanto, nós estamos encaminhando em virtude do nosso relatório ainda não ter sido apreciado por esta Casa e nós colocamos então, a informação a Vossa Excelência, bem como vamos encaminhar uma cópia do pedido que hoje demos entrada no Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece a comunicação de Vossa Excelência e vai aguardar o pronunciamento da Justiça.

Com a palavra o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na condição de Coordenador do Bloco Parlamentar Agropecuário desta Casa, não poderíamos deixar de colher do momento, para enaltecermos uma atitude tomada pelo Presidente Collor de Mello.

Não temos ainda todas as informações, não temos ainda todos os documentos em mãos, mas a imprensa falada, escrita e televisada já trouxe ao conhecimento do público em geral a notícia do fim do monopólio do trigo.

Todos nós sabemos que por força do Decreto n° 210/67 a comercialização do trigo passou a ser controlada exclusivamente pelo Governo Federal.

Naquela ocasião criou-se a Comissão do Trigo Nacional - CETRIN, que é o órgão que comprova a totalidade do trigo produzido em nosso País.

Este trigo adquirido pelo Governo era depositado em armazéns oficiais ou em armazéns particulares arrendados e posteriormente, também dentro daquilo que estabelece o Decreto n° 210/67, esse trigo era repassado às indústrias moageiras, aos moinhos de trigo em cotas pré-estabelecidas, pré-fixadas num sistema cartorial muito bem montado, muito fechado onde poucos realmente tinham acesso, ao ponto de se impedir a instalação de novos moinhos, não só no Paraná mas em qualquer parte deste País, mesmo que a região fosse produtora, como é o caso do Paraná em grande escala de trigo. Vejam os Senhores que regiões como o oeste do Paraná, o Centro-Oeste paranaense, o Centro-Norte paranaense, produtores em essência de trigo, não possuem seus moinhos regionais e a farinha lá consumida vem de outras regiões, muitas vezes até do Estado de São Paulo, para onde o trigo passeia como trigo e depois passeia como farinha e isso realmente, além dos custos que se agregam no transporte através do frete, os valores agregados no beneficiamento e na industrialização desse produto ficam em outras regiões que não o Paraná.

Por esta razão, quando se anuncia, quando os jornais nos informam a respeito do fim desse controle, do fim desse monopólio, nós só temos que enaltecer, porque o Paraná em tempos passados, juntamente com Santa Catarina, Rio Grande do Sul, principalmente porque eram os Estados que mais produziam e ainda hoje são os Estados que mais produzem trigo, esses Estados possuíam centenas, milhares de moinhos coloniais localizados a nível de propriedade rural, para onde os produtores de trigo levavam o seu produto e trocavam por uma farinha de ótima qualidade.

A partir desse controle, desse monopólio regulamentado através do Decreto n° 210/67, o produtor além de estar impedido de vender o seu produto a esses moageiros

coloniais, ele também não tinha nenhum estímulo em levar o trigo colhido em sua propriedade para ser trocado nesses moinhos coloniais, porque o Governo implantou o subsídio ao trigo, fazendo com que fosse mais vantajoso ao produtor entregar o trigo no Banco do Brasil e depois, com o dinheiro de uma saca de trigo, comprar duas sacas de farinha. Realmente este subsídio foi embora, tinha que ir embora, porque nós não podemos dar este tipo de subsídios e agora com o fim desse monopólio, nós voltaremos com toda a certeza, a ver funcionar os nossos moinhos coloniais e nós teremos condições de ver a nossa triticultura a nível regional, a nível local progredindo e prosperando sem a necessidade de que continue a existir esse passeio do trigo, onde muitas vezes centenas e centenas de quilômetros são percorridos da lavoura à indústria e da indústria à mesa do consumidor. É uma notícia que nos chega ao conhecimento e que temos que enaltecer e cumprimentar o Presidente Collor e o Senhor Ministro da Agricultura, Antonio Cabrera pela adoção dessa medida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Não havendo oradores inscritos para ocupar o Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Resolução n°s 88 e 95/90, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, acima aprovado:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 88/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de JARDIM PAULISTA. Com

PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 86, de 06.08.90).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 95/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito nas áreas territoriais denominadas TIJUCO, IMBITUVA e PAVÃO, pertencentes ao Município da Lapa, a fim de que seja consultada a sua população, objetivando a anexação deste território ao Município de Balsa Nova. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 95/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, visa autorizar o plebiscito nas áreas territoriais denominadas Tijuco, Imbituva e Pavão, pertencentes ao município da Lapa, a fim de que seja consultada a sua população, objetivando a anexação deste território ao Município de Balsa Nova.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, não há nenhum óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favoravelmente pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 18.09.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUCIANO PIZZATTO - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 474/90, de autoria dos Deputados LEONIDAS CHAVES e NEREU MASSIGNAN, que altera a redação do artigo 1° da Lei n° 9353/90, que passa a ter a seguinte redação: "A sede do Município de Candói", fica localizada no Distrito de Paz, na localidade de Segredo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por vinte (20) sessões. - Prejudicado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 474/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado José Felinto, visa alterar a redação do art. 1° da Lei n° 9353/90, que passa a ter a seguinte redação: "A sede do Município de Candói fica

localizada no Distrito de Paz, na localidade de Segredo.

Analizada a matéria, nada encontra esta Comissão que possa obstar legal, constitucional ou regimentalmente a matéria em questão. Além do que, o projeto em tela encontra-se bem justificado, como se pode constar na justificativa apresentada pelo referido autor.

Nestas condições, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.09.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Pela Ordem.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Projeto em 2.^a discussão, aprovado há pouco, n° 95/90, que Vossa Excelência anunciou...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Item 11.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Foi preferência de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre o Projeto, há o Requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão, que requer a retirada da Ordem do Dia, por 20 sessões, do Projeto de Lei n° 474/90. Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, permaneçam como estão. APROVADO.

O SR. LEONIDAS CHAVES - senhor Presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, eu requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita do senhor 1° Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Algaci Túlio) (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 19 (dezenove) dos Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Não há "quorum" para a votação. Há "quorum" para o prosseguimento da sessão.

O SR. LEONIDAS CHAVES (Pela Ordem) - Posso discutir o Projeto n° 474/90?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai ser submetido à discussão. Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. LEONIDAS CHAVES - Sr. Presidente...

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, mesmo com o resultado da chamada nominal eu requeiro de Vossa Excelência verificação de quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A verificação já foi feita com a chamada nominal.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não, Sr. Presidente. A chamada nominal apenas dá a presença. A verificação de quorum é que vai dar efetivamente o comparecimento em plenário. Solicitamos a Vossa Excelência que, após a chamada nominal, confira em plenário o número de deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Chamada nominal significa também a verificação de quórum.

Está com a palavra o Deputado Leonidas Chaves para discutir.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, não é. Vossa Excelência sabe perfeitamente que um Deputado pode entrar no plenário, responder a chamada e sair. Pode ter 20 Deputados respondendo a chamada e não ficar nenhum no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas nós acabamos de anunciar o comparecimento de 19 Senhores Deputados em plenário.

Não há quórum para a votação, mas há quórum para discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, eu insisto na verificação de quórum, e justifico.

Não é por implicação com a sua posição. Acontece que traz uma diferença muito grande o encerramento da discussão ou não dos projetos em votação. Portanto, Vossa Excelência sabe perfeitamente que a chamada nominal não determina o quórum, presente na sessão porque o Deputado pode responder e sair.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu posso fazer uma nova chamada nominal, mas Vossa Excelência está errado. Procedida à chamada nominal é a verificação de quórum, também. Mas, em consideração a Vossa Excelência nosso ilustre e brilhante Líder nós vamos proceder novamente a chamada nominal.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO (Pela Ordem)

- Sr. Presidente, eu indagaria de Vossa Excelência se haveria possibilidade de fazer a verificação de votação sem chamada nominal, porque, ninguém está pedindo chamada nominal. Nós estamos pedindo verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nosso querido e ilustre Líder requereu por 3 vezes chamada nominal e ela vai ser feita.

O SR. ARTAGAO DE MATTOS LEO - Ele pediu que Vossa Excelência verificasse o quórum. E não chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Túlio) - ... (Procede à chamada nominal) ...

O SR. LEONIDAS CHAVES (Pela Ordem) - Eu entendo, Sr. Presidente, que nós temos número suficiente para discutir a matéria. E gostaria que Vossa Excelência deixasse prosseguir a sessão, no sentido de que nós discutíssemos a matéria que está sendo votada e anunciada por Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Prossegue a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Túlio) - 18 Senhores Deputados responderam à Chamada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 18 Senhores Deputados responderam à chamada, há quorum para discussão da matéria.

O SR. LEONIDAS CHAVES (Para discutir) - Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados:

A matéria que está em pauta foi objeto, ontem, de uma discussão no Pequeno Expediente, e nós gostaríamos de, na Ordem do Dia, colocar, como estamos fazendo, esta matéria em discussão.

Como falamos ontem e repetimos hoje, Segredo é, sem dúvida nenhuma, a localidade que pode atender a futura sede do Município de Cândói.

Nós entendemos que, se esta Assembléia Legislativa assim proceder, estará atendendo aos anseios e as reivindicações da maioria do povo do Município de Cândói.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao discutir esta matéria nós queremos lembrar à Casa que há necessidade dos Senhores Parlamentares se integrarem a nós, no sentido de que aproveamos, em 3ª Discussão, quando der quórum, a matéria que está na Ordem do Dia e que seria o 2º item, isto é, a mudança de sede do Município recém-criado de Cândói, hoje pertencente ao Município de Guarapuava.

Era isso, obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em discussão; não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a 3ª Discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 057/89, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública, a Associação Menonita Beneficente, com sede e foro em Palmeira. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a Discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 057/89

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Menonita Beneficente com sede e foro na cidade e Palmeira.

Analisada devidamente a matéria em questão entendemos que a mesma se encontra em conformidade com a Lei nº 6.994 de 10.01.78, que dita as normas relativas à declaração de Utilidade Pública estadual.

Assim sendo, por não encontrarmos qualquer óbice de natureza legal, constitucional ou regimental que possa impedir a normal tramitação do citado projeto de lei, somos pelo parecer FAVORÁVEL a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.09.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
PIRAJÁ FERREIRA
Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/90, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre o controle comercial da Cola de Sapateiro, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 175/90

PARECER:

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Rafael Greca, dispõe sobre o controle comercial da Cola de Sapateiro

Quanto ao aspecto legal e constitucional, não há nenhum óbice para a normal tramitação, pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Chamada a opinar, esta Comissão geral manifesta-se FAVORAVELMENTE a medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.09.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
PIRAJÁ FERREIRA
Relator.

Em discussão:

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em consulto Vossa Excelência se os Requerimentos podem ser votados com este número de Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Depende do requerimento, os de congratulações, de pesar pode, os outros não.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Data vênha eu solicito verificação de quórum, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada, nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Túlio) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dezesete Senhores Deputados responderam à chamada, não há quórum para prosseguimento da sessão, marca-se outra para dia 05/10, Sessão Ordinária com a apreciação da Lei da Diretrizes Orçamentárias.

Durante esse período a Assembléia funcionará através das suas Comissões que deverão ser constituídas impreterivelmente, com a eleição de seus Presidentes, vice-Presidente e designação de relatores.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2226, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 05 de outubro, à hora regimental, com a seguinte:

ODEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - DO PROJETO DE LEI Nº 219/90 e do Projeto de Resolução nº 95/90.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/90.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 57/90.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 175/90, 303/90, 366/90, 382/90, 419/90, 477/90, 478/90.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 231/87, 08/89, 403/90, 406/90, 450/90, 452/90, 458/90, 483/90, 484/90, 485/90 e dos Projetos de Resolução nºs 78/90 e 100/90.

E com a apreciação da Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Informou que durante esse período a Assembléia funcionará através de suas Comissões que deverão ser constituídas impreterivelmente, com a eleição de seus Presidentes, Vice-Presidentes, e designação de Relatores.

Conclamou ainda, os Senhores Deputados a comparecerem às Sessões Solenes, para outorga de Títulos de Cidadania Honorária do Estado, marcadas para os dias 21 e 25 do corrente mês.

Levanta-se a sessão.

EM TEMPO: A próxima Sessão Ordinária marcada para o dia 05 de outubro, teve sua realização antecipada para o dia 26 de setembro, quarta-feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia anteriormente anunciada.